

NAS ENTRELINHAS: UM OLHAR SOBRE AS MASCULINIDADES NAS COLUNAS FEMININAS

Lívia de Pádua Nóbrega¹

RESUMO

O presente artigo faz uma breve análise de algumas colunas femininas escritas pela escritora e jornalista Clarice Lispector no início dos anos 1960 na imprensa brasileira para mapear o perfil de masculinidade passível de ser vislumbrado nas entrelinhas do discurso destinado às mulheres e assim observar essa representação do homem para perceber também as masculinidades em uma perspectiva de construção histórica, social e cultural, para além das concepções limitadoras que alocam o homem somente no lugar do opressor/culpado enquanto lega às mulheres o papel de vítimas.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Clarice Lispector; Imprensa feminina; Jornalismo; Masculinidades.

Imprensa feminina

A imprensa feminina, no que se refere a uma imprensa escrita para mulheres, mas nem sempre por mulheres, teve sua época áurea no Brasil entre os anos de 1940 e 1960 por meio do gênero coluna opinativa. Ainda que tenha surgido antes e proliferado para além do referido recorte temporal, o início da década de 40 e o fim de 60 do século XX foi profícuo em divulgar e reforçar um modelo de mulher considerado ideal.

Legitimado por práticas e discursos de diversas outras esferas sociais, esse perfil de mulher veiculado à exaustão nas inúmeras colunas femininas dos mais variados jornais e revistas brasileiros, ancorou-se em um quádruplo de características naturalizadas como essenciais do ser mulher.

O primeiro desses quatro atributos tidos como parte de uma pressuposta natureza feminina remete à relação da mulher consigo mesma. Trata-se da mulher vaidosa, feminina, sempre apta a fazer do cuidado de si uma ferramenta a seu favor na arte da sedução, seja para conseguir um marido ou manter o já existente. Alienada à sua própria figura, essa mulher era aconselhada pelas páginas femininas a conhecer os truques indispensáveis à manutenção de sua beleza. Tal qual uma feiticeira medieval em seu caldeirão, ela deveria manusear com destreza o arsenal de cosméticos e dicas à sua disposição.

Conquistado o marido, a tarefa agora era mantê-lo. A conquista diária e constante exigia esforço. Isso nos leva para o segundo dos predicados acessórios a essa mulher idealizada das páginas dos jornais e revistas: ser uma boa esposa. Agradar ao marido, como

¹ Docente cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Educação Física da Faculdade Araguaia, e-mail: jornalistalivia@yahoo.com.br.

sua metade complementar, ser o outro do homem, como uma parte que jamais existe em absoluto, mas somente em relação à, como teorizou Beauvoir (1970), relacionava essa mulher à suas duas últimas propriedades: ser uma dona de casa zelosa e uma mãe dedicada.

Nesses quatro vértices estava traçado o papel da mulher no mundo e cotidianamente na vida em sociedade, ainda que muitas vezes esta se resumisse para ela ao ambiente privado do lar, onde deveria realizar-se nas tarefas diárias, esgotando suas possibilidades de existência e sendo uma exímia anfitriã, acima de qualquer suspeita.

Feminina, esposa, dona de casa e mãe. Eis o quádruplo definidor da representação feminina considerada ideal no século XX. Além de acumular os quatro fatores citados, essa mulher deveria exercê-los com perfeição, habilidade natural para a mulher de verdade.

Correlato a um perfil de mulher, é possível entrever nessas colunas conselheiras, também um modelo de homem visto como ideal. Na medida em que, ao trazer para a cena a mulher, a imprensa feminina perpassava necessariamente pelo seu par natural. No que se refere às páginas femininas, Beauvoir (1970) já atentava para o fato sintomático de não existirem tais colunas voltadas aos homens. Para ela, enquanto os homens se comunicam como indivíduos, as mulheres acham-se unidas pela cumplicidade. Para Bourdieu (2010), isso se deve ao fato de que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como natural e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la (p. 18).

Daí o numeroso volume de colunas femininas até a atualidade em contrapartida com a quase inexistência desse tipo de texto direcionado aos homens. Por isso, o presente artigo se dedicará a perscrutar algumas colunas femininas escritas na década de 60 do século XX para lançar um olhar sobre as masculinidades, passíveis de serem vislumbradas mesmo quando o foco é a mulher.

Para tanto, as técnicas utilizadas para nortear esse olhar são provenientes da Análise de Discurso (A.D.) de corrente francesa, que nos incita a uma interpretação crítica dos textos. Para além da materialidade explícita do que é escrito, a A.D. questiona não somente o que literalmente é dito, mas ainda como o texto significa, aquilo que ele não diz, mas que é significativo do dizer embutido em sua mensagem (ORLANDI, 2001).

Por questões de espaço e pela própria natureza sintética de um artigo, o corpus de análise constituir-se-á de cinco colunas escritas pela escritora e jornalista Clarice Lispector

em dois de seus três momentos de contribuição com a imprensa feminina: quando criou o pseudônimo Helen Palmer para comandar a coluna Correio Feminino: feira de utilidades, no jornal Correio da Manhã (1959 – 1961) e quando atuou como ghost-writer da atriz Ilka Soares na coluna Só para mulheres (1960 – 1961).

Observar o homem que aparece nas entrelinhas do discurso prescritivo das colunas femininas é perceber que, assim como a própria categoria gênero já pressupunha, trazer a mulher para o centro de uma reflexão, inclui necessariamente em trazer também o homem, na medida em que as relações de poder entre os sexos sempre permearam as discussões, tantos no campo do feminismo quanto das masculinidades. Perceber a mulher ou o homem é atentar para um dos componentes das relações sociais entre os sexos.

Segundo Lira e Medrado (2008), as teorizações que tomaram as masculinidades como objeto de estudo tiveram início no final dos anos 1980, cerca de uma década depois da consolidação das produções teóricas feministas no Brasil. Um dos alvos dessas produções, foi a divisão – difícil de localizar no tempo e espaço - que tentou naturalizar a esfera doméstico-privada como espaço de atuação feminina, enquanto direcionou os homens à esfera pública do trabalho. Consequentemente, as mulheres passaram a estar relacionadas à esfera da reprodução da vida humana, o que essencializou a experiência reprodutiva da maternidade e o cuidado com os filhos como um suposto instinto feminino. Por outro lado, os homens mantiveram-se relacionados à esfera da produção dos recursos necessários à vida humana, atividade custeada a partir do trabalho.

Colocados sempre em relações de oposições binárias que aprisionam, mulheres e homens tiveram no gênero um fator que os distancia, sendo a diferença biológica não apenas um ponto de diferença, mas também de desigualdade.

Para Weler-Lang (2004), as primeiras problematizações acerca das masculinidades envolveram dois eixos que conduziram as posições dessas discussões. O primeiro deles girou em torno de reflexões críticas de homens que se posicionaram contra o sexismo, mas que teorizaram a partir da perspectiva de heterossexualidade, refletindo essencialmente sobre questões ligadas aos padrões de heteronormatividade.

Ainda de acordo com o autor, posteriormente, tem-se estudos que colocam em cheque as homossexualidades masculinas e a exclusividade dos papéis ditos masculinos na sexualidade. Sendo assim, nem mesmo as pesquisas conseguiram fugir aos binarismos, polarizando heterossexualidade e homossexualidade como duas vertentes que vão acompanhar o pensamento proposto.

De acordo com Haraway (2004, p. 211), “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta.” Para Scott (1995), enquanto o sexo é biologicamente dado, o gênero engloba os significados atribuídos culturalmente a esse sexo. Já Rubin (1993), define o que chamou de sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos por meio dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana.

Comum às três visões está a ideia que, o binarismo cultura/natureza limita. Assim, a categoria gênero busca desconstruir tudo aquilo que foi histórica, social e culturalmente produzido. Ela traz para o cerne da análise um sistema de relações simbólicas nas quais mulheres e homens encontram-se distintamente alocados.

Para além da perspectiva costumeira que visa a conferir às mulheres um lugar de subalternidade e vitimização e as homens o papel da culpabilização e do opressor, está a tentativa de identificar de que forma se (re)atualizam constantemente as desigualdades de gênero.

Dentro desse quadro, entre as diversas instituições que tomaram para si o dever de divulgar e reforçar as noções capazes de alocar mulheres e homens em diferentes lugares no campo social está a mídia. Utilizando a imprensa feminina, e mais especificamente, o gênero coluna, a mídia serviu como um locus de majoração de uma tradição androcêntrica. Valendo-se de recursos como, dicas e truques, as colunas utilizam como voz uma colunista já iniciada na “arte da feminilidade”, o que lhe confere autoridade para ditar padrões de comportamento e modos de ser e estar no mundo.

Representativa dessa aprendizagem do ser mulher é a coluna “Férias... em casa”, publicada em 05 de janeiro de 1961 por Clarice Lispector como ghost writer da atriz Ilka Soares no jornal Diário da Noite. Como complemento ao epíteto “mulher, rainha do lar”, o texto dá ao homem o título de rei do lar:

Todos os dias a gente devia poder tirar umas horinhas de férias. E em casa mesmo. Você tem em seu lugar o “lugar ideal”? Aquele no qual você é você mesma, e com todo conforto? Onde você parece estar estirada no paraíso? Quem não tem seu “cantinho” em casa – quase que não tem casa. Veja essa poltrona. Talvez seja disso que você precisa: de um lugar que acolha bem você. E, se você é casada, seu marido terá esse lugar quando chegar do trabalho: o lugar onde ele é rei, onde o patrão não manda, onde as intrigas não chegam, onde as preocupações de dinheiro não entram. Um lugar bom para “ser”. O mesmo que, de dia, você tomou para si, como uma rainha. O melhor seria ter dois lugares perfeitos, pense nisso (LISPECTOR, 2008, p.16).

Na medida em que é visto como o rei da casa, o homem é, conseqüentemente, aquele que manda nesta. À mulher, caberia a tarefa de fazer da casa um lugar agradável para o marido.

Um papel ainda mais definido desse homem aparece na coluna “A casa própria aumenta a felicidade?”, publicada em 19 de outubro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal Correio da Manhã:

Uma casa de sua propriedade, onde se pode fazer melhoramentos e modificar à vontade, é o sonho de toda mulher. Com raras exceções, uma esposa preferirá uma casa própria a um automóvel. Um lar – sendo a casa sua – aumenta a sensação de segurança de uma esposa e dá ao homem uma satisfação muito parecida com a do dever cumprido perante sua família. Saber que os seus terão um teto, dado por eles à custa do suor e sofrimento, contribui para cimentar o caráter já formado de um homem. Estreita os laços e naturalmente, muito contribuirá para a felicidade completa de um casal. Dizemos contribuirá, porque um casa simplesmente não dá felicidade a ninguém, mas ajuda a achar ou cimentar a felicidade existente. Andam muito acertados os casais que fazem sacrifícios enormes para adquirir sua casa, pois na luta em comum e nas privações dos pequenos prazeres e alegrias, eles se encontram, amadurecidos para a vida e com mais disposição para se compreenderem melhor (LISPECTOR, 2008, p.11).

Fica nítida na coluna a ideia do dever masculino em relação a sua família: prover um teto aos seus à custa do trabalho. Além de conferir segurança à esposa, o expediente é visto como algo inerente ao caráter do homem. Fica claro também que a divisão dos papéis e tarefas circunscritos ao casal, se bem seguida, pode ser responsável mesmo pelo equilíbrio e sucesso da relação, já que no contrapeso do homem que trabalha para prover um lar para sua família e da mulher que trabalha cuidando desse lar, o relacionamento encontraria sua estabilidade.

Os conceitos prescritivos que acompanham as práticas e discursos provêm das mais variadas esferas da vida humana: a Igreja, a Escola, a Ciência, a Política e inclusive, o Direito. O eterno destino de cada sexo é reafirmado pelo poder simbólico, mas também de modo visível pelo jurídico.

Del Priore (2011) nos conta que, o Código Civil de 1916 garantia a indissolubilidade do vínculo do casamento, além de prever que deveria caber ao marido a representação da família, bem como a administração dos bens do casal e a responsabilidade de fixar o domicílio do casal. O trabalho feminino fora era permitido, desde que consentido pelo marido e aceitava-se o uso da violência nos casos de adultério feminino, a antiga prática de lavar a honra. A traição masculina era tolerada e até mesmo aconselhável, posto que o marido deveria guardar seus excessos e desinibições para as “mulheres da vida” para manter pura e casta a

“mulher de família”. Casos extraconjugais femininos eram comumente seguidos de crime e escândalo, enquanto a infidelidade masculina era assunto reservado aos liames da vida privada.

A ela cabia a identidade doméstica; a ele, a pública. Mas não sem um ônus: a de ser honesto e trabalhador em tempo integral. Esse era o papel social que mais valorizava o homem. Quando a falta de trabalho ou qualquer desastre profissional o impedia de ser o único provedor da família, alguns chegavam ao desespero de suicidar-se. O nome “limpo” do pai e provedor era tudo (DEL PRIORE, 2011, p. 246-248).

Tal qual a mulher, que tinha seu papel social delimitado por um quádruplo de características, também o homem detinha a sua gama de qualidades: honesto, trabalhador, bom marido e pai. Se os dois últimos predicados deveriam possuir posição de centralidade na vida da mulher, na do homem essas distinções deveriam ocupar um lugar diferente, existindo sempre, mas com um tanto quanto de distanciamento, por se tratarem de especialidades femininas. Um casal era, em suma, composto pela rainha do lar e pelo provedor natural da casa.

Obviamente, a realidade é muito mais complexa que todo e qualquer modelo e abarca uma pluralidade muito maior de representações. Não existe uma única ideia de masculinidade, mas assim como as representações não almejam um status de verdade totalizante e colocam-se somente como uma, entre outras, possibilidades de leitura, tal era o perfil hegemônico das masculinidades nas colunas femininas em questão. Como é possível perceber na coluna “Reciprocidade”, publicada em 06 de fevereiro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal Correio da Manhã:

A maioria das mulheres sonha com o home ideal. Para esse homem ideal exigem físico atraente, personalidade, cultura, cavalheirismo, e, quase sempre, dinheiro e posição social. Está certo. Ninguém vai desejar para companheiro um homem que não possua tais requisitos. Aceita-o, quando não há outro remédio, mas não o coloca no altar do ideal. O que acontece, no entanto, é que quase nunca as mulheres pensam no que irão dar a esse homem, em troca de tantas qualidades exigidas. Um físico bem cuidado? Um espírito brilhante? Meiguice? Compreensão? A primeira qualidade usam-na, geralmente, apenas como arma de sedução, e, apanhado o marido, desinteressam-se dele. Continuam a enfeitar-se, sim, mas para os estranhos. Para o marido, não. Espírito brilhante? Não gastam essa riqueza com o pobre companheiro, de quem exigiram e continuam exigindo tanto; guardam seus ditos espirituosos, seu bom humor, sua alegria, para uso dos salões. Na intimidade, quase nem falam, ou se o fazem é somente para queixar-se das mazelas, dos aborrecimentos com as empregadas e da falta de dinheiro. A meiguice feminina transforma-se em ranzinze insuportável. A compreensão passa ser lenda. Vejamos, minhas amigas e leitoras, isso não é justo! Se um homem existe que merece de nós toda a simpatia, o carinho e todo o calor do nosso encanto, esse homem é o nosso marido que nos proporciona um lar, nos dá apoio nas horas de depressão, nos ajuda

nas doenças, nos protege com o seu nome e a sua pessoa. Além disso, resta-nos ainda não esquecer que o fato de estar ligado a nós pela lei não o escraviza, e que outras mulheres há pelo mundo, também à procura do seu homem ideal, e que poderão desejar o nosso. Insatisfeito, sem nada receber do que se lhe deve, ele será presa fácil. E reconquistá-lo, depois de perdê-lo, é muito mais difícil do que qualquer uma de nós pensa. Quase posso dizer que é impossível (LISPECTOR, 2006, p.80).

Além dos adjetivos listados já no início do texto, o homem é visto como receptáculo da simpatia, do carinho e do encanto feminino. A ele são devotadas as maiores manifestações de uma presumida natureza feminina. Fica evidente ainda, que a mulher faz de tudo para agradar ao homem em paga da casa que este lhe proporciona, além do apoio nos momentos ruins e nas doenças e, o mais interessante: ele é aquele que protege a mulher com o seu nome e a sua pessoa. O nome de um homem funciona, pois como uma garantia de proteção à esposa, aliança travada no ato do casamento.

Fugindo da ideia simplista da culpabilização do homem e de sua adequação à condição de opressor, é possível ir além e perceber esse homem não como o centro de irradiação do poder de uma tradição machista, mas apenas como um dos inúmeros centros de transmissão e circulação desse poder, em meio às teias por onde transitam as relações de poder em uma perspectiva foucaultiana. O homem, sujeito das masculinidades, é o sujeito da ordem do discurso (FOUCAULT, 2008). Aquele que responde ao que se espera dele, ainda que em muitas das vezes essa condição não lhes pareça conflituosa. O que importa aqui é inserir o homem nas malhas de relações muito mais complexas que envolvem o poder e não apenas deixá-lo estancar em uma posição em que o poder emana dele para oprimir as mulheres.

Perceber esse homem dentro de um circuito e relações de poder em que, tanto ele quanto as mulheres caracterizam-se como centros de transmissão, podendo o poder permear tanto dominados quanto dominantes, é contextualizar também o masculino em uma tradição androcêntrica que se (re)inscreve cotidianamente nas práticas e discursos da sociedade.

Até que ponto esses homens naturalizam essa identidade masculina previamente determinada configura-se outra questão. O importante aqui é observar também ao homem como um sujeito portando uma identidade respaldada nos discursos oferecidos pelas representações disponíveis.

Notar também esse homem como resultado de construções sociais, históricas, econômicas e culturais é conduzir esforços no sentido de desnaturalizar os construtos que tentaram determinar as identidades feminina e masculina com base em discursos legitimadores a respeito das características ditas essenciais aos sexos.

Assim, as relações entre mulheres e homens não estão instauradas sob o prisma da dominação masculina (BOURDIEU, 2010), como uma instância hermeticamente fechada em si mesma e da qual não se pode escapar, mas sim como relações de poder, que estão constantemente sendo questionadas e remodeladas à medida que se alarga o horizonte de consciência possível das sociedades nas quais esses seres encontram-se diferentemente inseridos.

A fim de manter o equilíbrio da sociedade, elencando à mulheres e homens um papel específico no campo social e os alocando de modo diverso a esses papéis, estão as instituições, que por mais que se revelem abstrações, tornam-se concretas por meio de seus discursos e práticas.

O perfil hegemônico de homem defendido nesses meios, é o de um sujeito que, segundo Welzer-Lang (2004, p. 118): “Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo.” O autor lembra que as escolas, grupos de escoteiros e partidos políticos são espaços onde os homens definem o mundo entre si e suas atitudes com as mulheres e com outros homens. “Esses espaços são a casa-dos-homens” (WELZER-LANG, 2004, p. 119). São locais onde as relações são criadas, legitimadas pelos discursos, divulgadas pelas práticas e reforçadas cotidianamente pela tradição, que permite que tais hábitos e costumes se reinscrevam diariamente.

Para ilustrar essa ideia, a coluna “A colaboração no lar”, publicada em 15 de janeiro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal *Correio da Manhã*:

As mulheres têm muita influência sobre a vida do marido, especialmente no setor de trabalho. Por trás de todo homem casado que trabalha, está a sombra da esposa. Esta poderá ajudá-lo a subir muito além dos outros, ou fará tanto peso para baixo que ele desistirá de lutar. Uma coisa é estimular pelo elogio e camaradagem, outra coisa é queixar-se todo dia de que ele não sobe na vida e ganha menos do que se gasta em casa. Isso pode arruinar a vida de um marido. Que deve você fazer para animar seu marido? Em primeiro lugar, mostrar-lhe por pequeninas coisas, que você tem confiança nele, que espera dele grandes coisas e que ele é seu herói. Faça sua parte, limpando a casa, preparando pratos saborosos e educando as crianças. Ele se sentirá feliz num ambiente sossegado e poderá repousar melhor. No dia seguinte, estará apto para enfrentar novas lutas e poderá conseguir novas vitórias (LISPECTOR, 2008, p.34).

O texto é passível de observações em diversos sentidos. Logo de início, tem-se uma paráfrase do arraigado ditado, “Por trás de todo grande homem há sempre uma grande mulher”. Por paráfrase compreende-se uma ideia dominante que se repete em diversas

situações (PORTO, 2010). A paráfrase contém sempre um mesmo elemento que se mantém fixo e imutável, como uma espécie de modelo. Ela representa o retorno constante aos mesmos espaços do dizer. O expediente permite produzir diversos significados, entretanto, todos circularão sobre o mesmo dizer. Ela promove a produtividade no discurso, na medida em que, permite que uma mesma ideia seja veiculada de diferentes formas. É como uma novela, que a salvo as particularidades de cada enredo, assiste-se a uma trama que é sempre essencialmente a mesma.

Assim, utilizando alguns termos distintos, a coluna remete a um dito já bastante antigo e amplamente divulgado na sociedade. No campo das ferramentas discursivas, as máximas e os ditados sempre foram utilizados como modelos de conduta, logo como obrigatórias (ORLANDI, 1996). É como se o ditado reafirmasse noções já há muito cristalizadas. Noções estas que funcionam como o que Charaudeau (2006, p. 118) chamou de discurso circulante: “soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados”.

Grosso modo, o discurso circulante engloba toda e qualquer ideologia que consiga aceitação tácita na sociedade na qual se insere e por isso adquire a popularização do senso comum. No presente caso, essa banalização ocorre sob a forma do clichê. Apesar de aparentemente inocente, a posição “atrás” carrega consigo o caráter de inferioridade, já que só pode ser compreendida em sua plenitude quando vista em relação ao seu antônimo, “frente”. Isso remete ao desequilíbrio das oposições binárias, tais como Cultura/Natureza; Cabeça/Coração; Alta/Baixa; Frente/Atrás. Tais dicotomias não estão ligadas unicamente a lógica da linguagem, mas envolvem uma rede de determinações culturais (BOURDIEU, 2010). Isso mostra como os sistemas simbólicos atuam na produção de identidades e no caso referido, conferem uma significação subalterna à mulher. Evidências de como as palavras representam mais que conceitos, mas proposições que envolvem poder.

Por meio do uso do expediente discursivo do ditado, a coluna esboça uma ideia de mulher (que está por trás de todo grande homem), mas que só é passível de ser entendida quando vista na totalidade de seu complemento: em relação a todo grande homem. Percebe-se que, o senso comum, no qual as máximas circulam, justifica a opinião de que todo homem, sendo “homem de verdade”, só pode ser um grande homem.

Mais adiante, quase ao final do texto, a própria coluna legitima sua consideração inicial ao afirmar que, a mulher deve demonstrar que espera grandes coisas do homem com quem se casou. Enquanto ela encontra-se ligada ao ambiente micro da esfera doméstica, ele

encontra-se relacionado aos aspectos grandiosos da vida, motivo pelo qual se espera que ele, sendo apto para atuar no espaço público, conquiste grandes coisas.

As noções que seguem no texto somente reforçam esse imaginário do homem herói, que deve ser estimulado por meio do elogio e da camaradagem. Sutilmente, é possível perceber o interdiscurso que recorda que, lembrar a um homem que ele ganha menos do que se gasta em casa, é ferramenta certa para arruinar sua vida. O interdiscurso refere-se ao conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos: Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. Nesse caso, a coluna faz sentido porque se insere em meio a um universo de saber já instituído. É perceptível o dizer implícito que mostra que ao homem deve caber a tarefa de prover a casa e que não são permitidas falhas diante desse dever.

A mulher é aconselhada a nutrir confiança pelo homem, pois ele seria “naturalmente” predisposto a zelar pela segurança feminina. Como um dos pólos da complementaridade endossada pela imprensa feminina, à mulher caberia fazer sua parte: “limpando a casa, preparando pratos saborosos e educando as crianças”. A divisão de papéis restringe a mulher ao mundo privado e inclina o homem ao mundo das lutas e vitórias.

Welzer-Lang (2004), remete ao caráter histórico da aprendizagem do ser mulher ou do ser homem nas sociedades. Uma catequese que se faz mesmo desde antes do nascimento, quando a preparação do mundo ao qual a criança fará parte se faz por intermédio das cores: rosa para meninas, azul para meninos. A doutrinação segue na mais tenra idade, quando as garotas são direcionadas para brincadeiras que ressaltam as atividades domésticas, o cuidado com as crianças e a valorização de uma situação de dependência, seja do pai, do marido ou do patrão. Por outro lado, os garotos são incitados aos brinquedos de luta, que destaquem a valorização de sua autonomia. Deste modo, percebe-se ao longo da vida, somente aumentarem as instituições que propalam normas regulatórias de comportamento, determinando as condutas consideradas masculinas como produtos das relações sociais de sexo.

Assim como as mulheres, os homens também não representam uma categoria homogênea, já que não existe uma essência comum e ontológica a todo e qualquer homem. Dentro das masculinidades, cada um é portador de especificidades várias, como ser homem e negro ou homossexual ou trabalhador ou diversas outras particularidades. As colunas trabalham sob uma perspectiva totalizante. É a ideia de que, por natureza, todo homem é ou deveria ser de uma determinada maneira, assumir uma identidade previamente construída. Na

medida em que permite vislumbrar um modelo de masculinidade ao esboçar um perfil de feminilidade, a imprensa feminina (re)cria uma homogeneização do que é considerado ser homem. Organiza-se o modo de funcionamento do discurso a partir de um nivelamento baseado no estereótipo, uma visão simplificada da realidade que reduz a variedade e as diferenças em prol de uma visão padrão de algo ou de algum conceito. Padronizam-se assim comportamentos e sujeitos.

Segundo Freire Filho (2004), estereótipos são padrões amplos de tipificação e representação mediante ao qual é possível estruturar e interpretar experiências, eventos e objetos. São construções simbólicas enviesadas que atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social:

Os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade do pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração (FREIRE FILHO, 2005, P. 22).

De acordo com o autor, os estereótipos configuram-se como uma tentativa de organização do campo social que atua imputando a uma massa, virtualmente homogênea, uma ideia de normalidade, enquanto atribui àqueles considerados diferentes, uma visão caricata, apoiada em julgamentos negativos. Trata-se de uma forma de apresentar o mundo como se os indivíduos obedecessem a um padrão social previamente estabelecido, o que justifica que aqueles que não se enquadram nessa padronização, sejam ridicularizados.

Segundo esse raciocínio, um homem que não possua as características comumente ligadas a um ideal de masculinidade, seriam conseqüentemente, menos homens. O estigma é consequência direta da inadequação ao homem hegemônico. “Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo... senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais” (WELZER-LANG, 2004, p. 118). A representação dominante não apaga a diferença, mas oprime e tenta inibir a sua expressão, relacionando-a a pecha de inferior. A visão heteronormativa é quem avalia o outro e nega sua legitimidade, colocando-se como centro e transmitindo ao outro a noção de periferia e subalternidade.

A punição ao homem que nega o que supostamente deveria ser parte de sua essência, não ocorre apenas no plano simbólico da estigmatização. Na esfera jurídica, leis específicas do Código Penal já fizeram com que a França regesse as relações entre mulheres e homens e que diversos países considerassem as práticas homossexuais um delito. Foi assim que o

escritor Oscar Wilde, em 1895, necessitou responder perante a Justiça por sua sexualidade, vista como desviante (CLAYTON, 2004).

Como representativa da naturalização do discurso do homem instintivo e que vê a luta diária com “naturalidade”, tem-se uma última coluna, “Compreenda o seu marido”, publicada em 22 de janeiro de 1960 por Clarice Lispector sob o pseudônimo de Helen Palmer no jornal Correio da Manhã:

Não é tão difícil como parece. Desde que tratado com carinho, um pouco de mimos, raramente contrariado, todo homem é um anjo. Carinho não nos é difícil dar-lhe, se o amamos. Mimos... afinal, penso que é esse mesmo o destino das mulheres, não acham? Não contrariá-lo... aí está o problema. Nem sempre isso é fácil, e nem sempre também é possível. Contudo, devemos ter cautela, tato e inteligência, quando decididamente não podemos concordar com ele. Nunca fazê-lo com sobrançeria e severidade. Isso desperta nos homens o instinto de luta, e nasce a discussão muitas vezes destruidora do seu lar. Os homens detestam as discussões ainda mais que nós, ou dizem isso. Não as enjeitam, porém, quando há uma pequena razão para elas. A mulher, pelo seu temperamento mais afetivo e predisposto ao perdão, esquece com facilidade as más palavras surgidas numa discussão. Com o homem não acontece o mesmo. Conheço alguns que tiveram seus casamentos arrasados por uma palavra ou uma frase impensada de sua mulher. Um desses, habitando a mesma casa que a esposa durante doze anos sem dar-lhe uma palavra, contou-me que se casara por amor, mas todo esse amor desaparecera no dia em que ela maldisse o seu casamento, e no auge de uma discussão exclamou: “Maldito o dia em que me fizeram casar com você.” “Fizeram-na casar.” E ela respondera que era uma criança, na época do casamento, e que os outros adultos eram responsáveis pela tolice. Não é tão grave, ou não nos parece assim, o que ela disse. No entanto, por essa frase, ela perdeu o marido, toda sua felicidade foi por água abaixo. Terminada a educação dos filhos, separaram-se definitivamente. Cuidado, portanto, na maneira como trata seu marido, minha amiga e leitora! Pense no que seria perdê-lo... e faça-lhe as vontades. Quando não, use de diplomacia e delicadeza. Garanto que é o melhor meio de domá-los (LISPECTOR, 2006, p.79).

No texto, ao homem é imputado o instinto de luta. A própria noção de instinto é questionada há muito, já que, para postular a existência deste, faz-se necessário que a totalidade das pessoas se sintam abarcadas por esse sentimento instintivo. Sendo a realidade muito mais complexa, é minimamente questionável o conceito de um instinto masculino, tanto quanto não é possível detectar solidez alguma à ideia de natureza masculina e/ou feminina.

As masculinidades, assim como as feminilidades - já há mais tempo teorizadas em perspectivas que colocam em questionamento o que nos parece óbvio e evidente – também são construções históricas, sociais, culturais, políticas, econômicas e de diversas outras searas. Defendidas desde as escrituras, na figura de um Adão bíblico, colocado como absoluto a ponto da mulher surgir a partir dele mesmo.

Pêcheux (2009, p. 141) recorre a Althusser para defender que, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. A própria tradição – discursiva ou não – encarrega-se de inserir esse homem em uma concepção de mundo androcêntrica para transformá-lo em um sujeito machista. É a ideologia que designa, por meio do hábito, o que é e o que deve ser. A ideologia fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” (PÊCHEUX, 2009, p. 146) o que é um homem. Tal expediente quer passar uma noção de universalidade ideológica do sujeito. No contexto das colunas femininas, a ideia que se quer passar é a de um homem provedor da casa e portador de características ditas masculinas, como a virilidade, a coragem, a bravura e tantas outras.

Dizer que um homem deve ser viril – ou outro predicado comum à visão que se tem das masculinidades - não quer dizer que nós, ou quem quer que seja, desejamos, queiramos, ordenamos ou exigimos isso. Poderíamos distinguir aí a opinião de que, em geral, no que concerne a cada homem, um desejo ou uma exigência dessa natureza são justificados. Um homem deve ser viril quer dizer que, somente um homem viril pode ser considerado ideal. O grau de aceitação desse homem em sociedade como um “homem de verdade” dependerá do gradiente de adequação que ele tem do que se espera de um homem. Em suma, depende do quão próximo ele é ou está do perfil idealizado de masculinidade. Percebe-se assim como a ideologia dominante corresponde à reprodução das relações de desigualdade e subordinação.

Obviamente que, os indivíduos são dotados de capacidade crítica e por isso mesmo detêm a possibilidade de se descentrar de concepções previamente determinadas e realizar a crítica do sujeito, incorporando assim outras visões de mundo que questionem o modo de ver dominante. Entretanto, grande parte – uma maioria? – de homens não realizarão esse percursos de crítica e instalar-se-ão confortavelmente sob os liames de uma tradição conservadora androcêntrica, que o coloca em uma posição privilegiada de existência.

A naturalização do pensamento machista não retira do homem a responsabilidade de transformação do que lhe foi imputado. Tão somente o insere também no universo dos construtos. A ideologia liga o sujeito a diversas “pessoas morais” reunidas em uma coletividade. Essa coletividade atua como uma entidade pré-existente, que impõe sua marca a cada sujeito sob a forma de uma socialização do indivíduo nas relações sociais. Não aceitar essas construções enviesadas e questionar os discursos legitimadores com suas fórmulas prontas sobre modo de ser e estar no mundo de homens e mulheres, deve ser o dever desses mesmos homens e mulheres diariamente.

O presente artigo objetivou traçar o perfil masculino passível de ser visto nas entrelinhas do discurso das colunas femininas escritas pela escritora Clarice Lispector nos anos 1960 para analisar o caráter de construto das masculinidades e refletir brevemente sobre a forma como as estratégias discursivas da imprensa feminina – sobretudo no que diz respeito ao gênero opinativo coluna – tomaram para si a tarefa de reforçar as noções referentes à divisão dos papéis sociais de homens e mulheres. Buscou-se fugir de perspectivas que alocam homens e mulheres em uma relação unicamente de opressor/vítima para enxergá-los inseridos nas relações de poder em que, a partir de um ponto de vista foucaultiano, torna-se possível perceber um poder que perpassa tanto homens quanto mulheres em suas relações cotidianas.

O retirar do véu de ingenuidade que eventualmente cobre as leituras que fazemos do mundo deve servir de imperativo para que, cada vez mais, questionemos as instituições que se prestam à difusão de ideias responsáveis por manter os indivíduos como tutelados por uma tradição androcêntrica dominante, ao invés de oferecer espaços para que estes atuem como sujeitos livres das amarras de identidades pré-construídas e baseada nos princípios de heteronormatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: 1. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CLAYTON, Susan. O hábito faz o marido? O exemplo de uma female husband, James Allen (1787 – 1829). In: _____ SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 151-174).
- DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FREIRE FILHO, J. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Eco-Pós**, v. 7 (2) : p. 45-71, 2004.
- _____. Força de Expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, RS, (28) : p. 18-29, dez. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, (22) : p. 201-246, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. **Correio Feminino**. NUNES, Maria Aparecida (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. **Só para Mulheres**. NUNES, Maria Aparecida (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PORTO, Sérgio Dayrell. **Análise de Discurso**: o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada. Brasília, DF: Casa das Musas, 2010
- RUBIN, G. O tráfego de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife, PE, **S.O.S Corpo**, mar., 1993.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, São Paulo, v. 20 (2), 1995.
- WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino na perspectiva das relações sociais de sexo. In: _____ SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 107-128.

Recebido em 02 de setembro de 2012.
Aprovado em 24 de novembro de 2012.